

Revista. AproximAção

2ª Vice-Presidência do TJPR

7ª Edição



Pacificar
É DIVINO



Editorial

Em fevereiro de 2017, iniciamos a caminhada desta nova equipe da 2ª Vice-Presidência. Nos comprometemos a trabalhar de forma ética, dedicada e focada em desenvolver o melhor para o jurisdicionado, principal motivo de estarmos aqui.

Temos uma grande alegria em suceder a última gestão, comandada pelo Desembargador Fernando Wolf Bodziak, que conquistou muitas vitórias nos últimos dois anos. Diante desse lindo trabalho, decidimos aproveitar as boas ideias destacadas anteriormente, e criar novas ações e projetos com igual relevância.

Exemplo disso é a Revista Aproximação, uma publicação eletrônica, quadrimestral, que será mantida pela equipe com o igual propósito de manter esta gestão transparente e próxima dos magistrados, servidores e estagiários, como também dos demais operadores do Direito e da população.

Durante esta gestão temos o objetivo de destacar nossos esforços para melhorar e desenvolver as três políticas que nos compete: Juizados Especiais, que concentram a maior parte dos processos do Judiciário em todo o país, e que, no Paraná, encontra magistrados e servidores comprometidos; Autocomposição, política fomentada pelo Conselho Nacional da Justiça, CNJ, pelo Novo Código de Processo Civil, e importante alternativa para melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais e a satisfação alcançada por eles; e Cidadania, a política que traduz o compromisso em garantir os direitos de todos.

Iniciamos nossa jornada com a promoção da Paz. O projeto "Pacificar é Divino", um dos destaques desta edição, nasceu do sucesso e experiência de uma outra iniciativa, "Mediar é Divino", brilhantemente desenvolvida no Tribunal de Goiás. Juntando religiosos de todas as igrejas, centros, templos e mesquitas, buscamos desenvolver um trabalho conjunto com o TJPR para promover a cultura do diálogo e a pacificação social.

De igual maneira, nas próximas edições, queremos destacar as práticas de sucessos desenvolvidas em todo o Estado. A partir da próxima Revista teremos um espaço destinado a homenagear magistrados que alcançaram importantes resultados em suas regiões.

Também aproveitamos o espaço para pedir a participação de todos, com críticas ou sugestões, para que, juntos, possamos alcançar nossos objetivos e superar os desafios, tornando-nos cada vez mais próximos! Desejamos a todos uma boa leitura!

Equipe da 2ª Vice-Presidência

Índice

Pacificar é Divino	02
Deliberações do CSJE.....	05
Operação Litoral	05
Visitas aos Juizados Especiais	06
Alvará Judicial Eletrônico	06
Integração de Sistemas informatizados	07
Digitalização de processos da Turma Recursal.....	07
Justiça ao Consumidor	08
TJPR participa do XLI FONAJE e é eleito para realizar a próxima edição do evento	08
Deliberações do NUPEMEC	09
Capacitações	09
Mediação Digital	10
Cejusc do Centro Cívico ganha nova sede.....	10
Mutirão de Conciliação	11
CONSUMIDOR.GOV.BR.....	11
V FONAMEC	12
Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola	13
Geração Atitude.....	14
Santa Felicidade em Ação.....	15
Criança e Adolescente Protegidos	16

Expediente

Desembargadora Lidia Maejima
 Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch
 Amanda Peçanha Teixeira Vaz
 Ana Beatriz Napp
 Andre Trevisani
 Angela Mori Leck
 Ângelo Massayuki Sonomura
 Cintia Cristina Martins Ferreira
 Daniel Rachid Pezzato
 Diego Saborido Gazziero
 Edgar Souza da Silva
 Fabiana Rosso Inomata
 Felipe Arruda
 Felipe Artigas Hay
 Generval Pecoral
 João Paulo Ishisato
 Karina Arabori
 Lilian Pinheiro Muniz
 Lorena Utrabo
 Lucas Romero Leite
 Luciana Cristina de Lucena
 Luiz Antonio Ferreira
 Mariele Zanco Laismann
 Marília Seeling de Oliveira
 Mario Fernando Maesima
 Pedro Mauricio Henares de Melo
 Samuel Ewald Davidson Zatta
 Stela Stafin
 Vilmar Maschio
 Vinicius Andre Bufalo

Pacificar é Divino



Pacificar É DIVINO

Com o objetivo de divulgar a cultura do diálogo, o projeto "Pacificar é Divino" vem sendo desenvolvido, pela 2ª Vice-Presidência do TJPR, desde o mês de março.

A ideia surgiu a partir de um projeto do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desenvolvido pelo Juiz de Direito Paulo César Alves das Neves, chamado: "Mediar é Divino". A iniciativa, criada em 2015, vem registrando bons resultados no cenário autocompositivo e visa a capacitação de líderes religiosos em técnicas de mediação e a criação de espaços, dentro das instituições religiosas, para a realização de sessões de mediação e conciliação, evitando a judicialização de questões.

O projeto goiano despertou a atenção do TJPR, considerando a necessidade de se aperfeiçoar a política de autocomposição no Estado, e, em face da importância da religião na vida diária da maioria das pessoas. Aliado a essas características o admirável trabalho de aconselhamento espiritual já exercido pelos líderes de diversas entidades religiosas, optou-se por implementar uma forma de estabelecer um trabalho conjunto entre o judiciário paranaense e as comunidades religiosas.

Assim, a proposta do projeto "Pacificar é

Divino" é capacitar os líderes religiosos para que se tornem facilitadores de resolução de conflitos nas comunidades, com a utilização de técnicas autocompositivas repassadas nos cursos de capacitação a serem promovidos pelo TJPR, destacando que o acordo firmado será levado à homologação judicial.

Portanto, apesar de ser um projeto piloto, restrito à Comarca de Curitiba, em um momento posterior, pretende-se expandi-lo para todo o Estado, objetivando desconstruir a cultura litigiosa que permeia a sociedade e desenvolver, nas comunidades religiosas, a forma conciliatória de resolver os conflitos, o que contribuirá, indubitavelmente, para uma cultura de paz.

Como funciona

Assim, a 2ª Vice-Presidência, sob coordenação da Desembargadora Lidia Maejima, estruturou o projeto Pacificar dividindo-o em três fases. A primeira englobou a exposição do projeto para a comunidade religiosa e a propagação da cultura da conciliação, enquanto meio eficaz de resolução de conflitos. Os serviços públicos autocompositivos já oferecidos à população, como os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)

também foram apresentados.

Mais de 30 entidades religiosas enviaram representantes em 4 reuniões de apresentação do Projeto. Ainda durante a primeira etapa, foi realizado um evento de divulgação, chamado "Oficina Pacificar".

A segunda fase, na qual o projeto se encontra atualmente, diz respeito à capacitação dos religiosos. Como a expectativa é de que essas pessoas possam realizar acordos através de sessões de conciliação e mediação que, posteriormente possam ser homologados por um juiz, optou-se por criar um modelo pedagógico próprio para o "Pacificar é Divino". Para tanto, foi desenvolvida a Capacitação em Técnicas de Resolução Consensual de Conflitos.

Para a seleção dos religiosos e formação das turmas, o projeto se preocupou em delegar a indicação dos nomes para os líderes ou representantes de cada entidade. Dessa forma, cada uma das religiões ficou responsável por destacar e indicar as pessoas mais habilitadas para realizarem o curso.



A última etapa do projeto compreende a instalação dos "Espaços Pacificar". São salas, localizadas dentro das entidades religiosas, onde serão realizadas as sessões de mediação e conciliação, pelos religiosos capacitados. Os casos atendidos serão, exclusivamente, pré-processuais (que ainda não foram ajuizados) e



Fotos: Daniel Pezzato



levados pelos próprios fiéis. Os acordos, realizados nestes espaços de acolhimento, poderão ser reduzidos a termo e, inclusive, encaminhados para homologação de um Juiz de Direito.

Oficina Pacificar é Divino

Realizada no dia 06 de maio de 2017, a Oficina Inaugural do Projeto "Pacificar é Divino" marcou o lançamento oficial da iniciativa. Cerca de 200 pessoas, entre comunidades religiosas, estudantes e servidores participaram do evento, que foi realizado no auditório do Pleno, no prédio anexo ao Palácio de Justiça.

A oficina contou com a participação do presidente do TJPR, Desembargador Renato Braga Bettega, da 2ª Vice-Presidente e Coordenadora do Projeto, a Desembargadora Lidia Maejima e as palestras dos Desembargadores: Valter Ressel, conciliador voluntário, atuante no CEJUSC de 2º grau, e Roberto Portugal Bacellar, presidente da Comissão Estadual de Justiça Restaurativa e Diretor Geral da Escola dos Servidores da Justiça Estadual do Paraná, ESEJE. Os palestrantes falaram sobre a trajetória do movimento pela Conciliação, os métodos de solução consensual de conflitos, testemunhos de casos onde foram utilizados e a forma como o Tribunal de Justiça vem desenvolvendo o trabalho nesse ramo.

A partir dessa explanação, o objetivo foi divulgar a forma como o Tribunal trabalha, para que os participantes possam difundir a cultura do diálogo, orientar a comunidade sobre os serviços públicos disponíveis, e, para aqueles que fazem parte de algum segmento religioso, levar o projeto para sua instituição.

Capacitações

A partir dos estudos pedagógicos realizados para o desenvolvimento da capacitação, foi criado um curso de 24 horas, ministrado em 8 encontros. A primeira turma, sob instrução do professor servidor Leandro Ribeiro Cordeiro, já foi finalizada. 20 pessoas, indicadas pelas instituições já receberam os certificados de conclusão do curso.

A segunda turma está marcada para iniciar as atividades no dia 19 de junho de 2017, sob instrução do professor servidor Marcel Tulio.

Outras turmas ainda estão sendo viabilizadas, com previsão de realização para o mês de julho, conforme o recebimento das indicações.

As instituições religiosas que quiserem conhecer o projeto ou indicar pessoas para realizar os cursos podem entrar em contato pelo e-mail: pacificar@tjpr.jus.br.

Deliberações do CSJE

Os últimos meses têm sido de importantes deliberações no Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (CSJEs). Dentre elas, merece destaque a exclusão da competência para execução penal no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, de modo que a execução das penas em regime aberto e penas restritivas de direito aplicadas em sentenças condenatórias pelos Juizados Especiais seja atribuída à Vara Judicial com competência para execução das respectivas penas segundo as demais regras da Resolução OE nº 93/2013.

Também foi aprovada a proposta de alteração da Resolução nº 07/2010, que regulamentava o programa Justiça ao Torcedor. A partir da nova regulamentação (nº. 01/2017 – CSJE) o programa passa a se chamar “Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos”. Nos termos do voto apresentado pela Desembargadora Lidia Maejima, a nova

nomenclatura surge da necessidade de se designar a efetiva abrangência do programa, que não se limita a atender apenas estádios de futebol, mas também outros eventos esportivos e espetáculos de diversão pública.

O Regime de Exceção das Turmas Recursais foi outro assunto tratado pelo Conselho, que decidiu prorrogá-lo pelo prazo de 6 meses, a fim de possibilitar a realização de estudos e a tomada de providências necessárias a uma solução definitiva.

Por fim, destaca-se a aprovação da Instrução Conjunta entre a Corregedoria-Geral da Justiça e a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, que visa instituir no âmbito dos Juizados Especiais de todo o Estado do Paraná, a utilização do aplicativo de mensagens instantâneas “WhatsApp”, como meio de intimação processual.

Operação Litoral

A 2ª fase da Operação Litoral foi a primeira grande ação coordenada pela atual gestão da 2ª Vice-Presidência do TJPR. Atendendo à demanda provocada pela época de Carnaval, mais uma vez o TJPR esteve presente no Litoral através de uma força-tarefa do Judiciário realizada nas Comarcas litorâneas do Estado. Finalizando a 19ª edição, o programa foi desenvolvido durante o feriado que marca fim da temporada de verão, entre os dias 24 de fevereiro e 02 de março de 2017.

Durante os 7 dias de trabalho foram estruturados quatro postos de atendimento nos Municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Ilha do Mel. Todos com competência para atender demandas relativas aos Juizados Especiais Cível e Criminal, além das matérias afetas à Infância e à Juventude.

Nesta edição, o trabalho foi marcado por uma série de ações socioeducativas com objetivos que não se limitaram à quantidade de atendimentos, mas à qualidade das ações. Foram realizadas intervenções em situações complexas, como: internamento, mediação familiar e atendimento à população.

Também, a van do Juizado Móvel teve destaque. Rodando todo o litoral, os servidores da van realizaram quase dois mil atendimentos aos veranistas. As abordagens tiveram como principal foco a conscientização da população sobre campanhas de trânsito, combate à exploração infantil, prevenção de eventuais litígios e/ou

ocorrências, além da realização de audiências de conciliação e atendimento a ocorrências de trânsito.

No âmbito do Juizado Especial Criminal, os usuários de entorpecentes puderam contar com o atendimento do Programa de Alternativas Penais em Prevenção ao Uso de Drogas (PAPPUD). O programa, desenvolvido por uma psicóloga do quadro de servidores do Tribunal, totalizou 57 atendimentos.

No Juizado Especial Criminal, cerca de 300 audiências foram realizadas, com 135 transações penais e arrecadação de prestação pecuniária no montante de quase 40 mil reais. No campo da Infância e da Juventude, os postos de atendimento registraram 16 autuações. Durante a Operação, ainda foram autuados 2 processos de competência do Juizados Especial Cível, ambos referentes a relações de consumo.



Visitas aos Juizados Especiais

Iniciando a atual gestão, a principal preocupação da 2ª Vice-Presidência era conhecer os principais problemas e demandas que envolvem a atividade dos Juizados Especiais. Para tanto, a Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, atribuiu, como uma de suas metas, a visita aos Juizados Especiais e CEJUSCs das Comarcas do Interior.

Apenas no primeiro semestre a Desembargadora, junto com o juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, já esteve em contato com os juizes das Comarcas de: Assis Chateaubriand, Barbosa Ferraz, Cambé, Cantagalo, Cascavel, Faxinal, Ibiporã, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, Rolândia, São João do Ivaí e Toledo.

Em cada uma das cidades são realizadas reuniões com os juizes dos Juizados Especiais da Comarca e das localidades próximas, com o objetivo de ouvir quais os principais problemas enfrentados por eles, discutir possíveis soluções, assuntos

relativos às suas necessidades, bem como a troca de experiência sobre as boas práticas implantadas. Estas reuniões visam, principalmente, a melhoria dos serviços prestados de acordo com as normas implantadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além dessas cidades, outros 5 municípios, das regiões oeste e noroeste do Estado, devem ser visitados pelos magistrados nos próximos meses.



Alvará Judicial Eletrônico

Tramita na 2ª Vice-Presidência (SEI nº 0057544-45.2015.8.16.6000) um projeto que busca implementar no âmbito dos Juizados Especiais, em todo o Estado, a expedição de alvarás de forma eletrônica. A proposta é permitir que os valores depositados sejam recebidos tão logo estejam disponíveis.

Através do projeto, a emissão de guias físicas ou do ingresso em “filas de recebimento” será desnecessário, já que o levantamento será realizado por meio magnético, tudo de forma a desburocratizar e agilizar o atual método de levantamento de valores.

Além disso, o deslocamento até uma agência da Caixa Econômica Federal será evitado. Um simples clique do juiz permitirá que advogados e partes recebam as quantias depositadas em contas judiciais no mesmo dia da decisão, como numa transferência bancária (TED). Também ao advogado será permitido perceber seus honorários simultaneamente ao respectivo cliente, que, por sua vez, poderá receber o que lhe é devido sem a necessidade de qualquer intermediador.

Bastará, para tanto, o preenchimento de um formulário indicando a forma como cliente e advogado pretendem resgatar os valores: crédito em conta, recebimento “na boca do caixa”, depósito em

outra conta judicial, entre outros.

As primeiras pesquisas desta gestão da 2ª Vice-Presidência sobre o tema tiveram início em 29/11/2016. Na ocasião, foi realizada uma pesquisa sobre o tema e determinado o agendamento de reuniões, que contaram com a participação de gerentes da Caixa Econômica Federal, 2ª Vice-Presidência, membros do Departamento de Tecnologia e Informação do TJPR, além de representantes da OAB, tudo para tratar das questões que envolvem alvarás.

Até o momento, pelo menos 3 reuniões já foram efetuadas especificamente para tratar do tema, nas datas de 07 de março de 2017, 11 de abril de 2017 e 09 de maio de 2017, nas quais se constatou que, para que o sistema do Alvará Judicial Eletrônico tivesse seu ciclo de formação concluído, far-se-ia necessário que, primeiramente, entrasse em operação o sistema “Depósito Eletrônico”, que estará em testes a partir do dia 16 de junho de 2017, estimadamente.

Após esta fase, será possível desenvolver com segurança o projeto do Alvará Judicial Eletrônico no âmbito dos Juizados Especiais, desburocratizando o levantamento de valores e, por conseguinte, agilizando a prestação jurisdicional efetiva.

Integração de Sistemas informatizados

A 2ª Vice-Presidência, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, iniciou, em 2011, a integração dos sistemas informatizados BOU (Boletim de Ocorrência Unificado), da Polícia Civil e Polícia Militar, e PROJUDI. A integração, disponível no âmbito do Juizado Especial Criminal, tem a finalidade de otimizar a troca de informações entre os órgãos envolvidos e dar maior celeridade ao atendimento do jurisdicionado.

Inicialmente, a integração dos sistemas informatizados possibilitava o envio de dados referentes aos Termos Circunstanciados de Infrações Penais - TCIPs, via sistema BOU, diretamente para o PROJUDI, que, por sua vez, cadastrava, distribuía e agendava as audiências, automaticamente, de acordo com as pautas previamente cadastradas. No entanto, os TCIPs eram encaminhados fisicamente às secretarias.

A partir daí, foi instituído um grupo de trabalho com representantes do Tribunal de Justiça

do Paraná, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, para o desenvolvimento de condições tecnológicas visando aprimorar ainda mais a integração dos sistemas informatizados, o que resultou na assinatura do Termo de Cooperação Técnica, em outubro de 2015.

Com o desenvolvimento da integração dos sistemas informatizados, atualmente, é possível o encaminhamento dos TCIPs eletronicamente, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, nas Comarcas em que as Delegacias da Polícia Civil e as unidades cartorárias da Polícia Militar, dispõem de certificação digital, conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 06/2017, da 2ª Vice-Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça.

O agendamento automático das audiências e o envio dos TCIPs eletronicamente possibilitam celeridade e economia para a prestação jurisdicional.

Digitalização de processos da Turma Recursal



No mês de abril, foram iniciados os trabalhos de digitalização de processos sobrestados que se encontram na Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Paraná aguardando uma decisão da instância superior. Esse trabalho faz parte de uma série de ações promovidas pela 2ª Vice-Presidência com o objetivo de reduzir os estoques de processos físicos dos Juizados Especiais.

Essa primeira etapa deve digitalizar cerca de 5.600 processos eliminando mais de 12 mil folhas que, atualmente, ocupam uma sala do arquivo localizado em Pinhais. O trabalho é realizado por

colaboradores do regime semiaberto da colônia penal agroindustrial. Todos os colaboradores são supervisionados por agentes de segurança, e coordenados por servidores do TJPR que fazem a separação dos documentos para viabilizar a inserção dos dados no sistema Projudi.

A equipe tem conseguido separar e digitalizar mais de mil páginas de documentos por dia. Até o momento, cerca de 400 processos já foram digitalizados. Na sequência, novos estoques de processos devem passar pelo mesmo procedimento, caso seja determinado pela Gestão Documental.



Justiça ao Consumidor

Com o objetivo de facilitar o acesso à justiça para os consumidores, o Tribunal de Justiça do Paraná deu andamento ao Projeto Justiça ao Consumidor. A iniciativa disponibiliza um servidor e um estagiário do TJPR, dentro das instalações do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) de Curitiba, para facilitar o ajuizamento das ações por parte dos consumidores que não obtiveram êxito em resolver suas demandas por meio dos atendimentos realizados pelo Departamento.

O projeto teve sua continuidade garantida

através do Termo de Cooperação Técnica firmado, no último dia 16 de maio, pelo Tribunal de Justiça, através da 2ª Vice-Presidência, com o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, mais o PROCON.

Além da manutenção da equipe do TJPR no local, a proposta é viabilizar a implementação de novas práticas autocompositivas na fase pré-processual. Com isso, o projeto também previne o ajuizamento de novas ações, garantir a celeridade e o aperfeiçoamento no atendimento ao cidadão.



TJPR participa do XLI FONAJE e é eleito para realizar a próxima edição do evento



Entre os dias 17 e 19 de maio de 2017 foi realizada, em Porto Velho, Rondônia, a 41ª edição do FONAJE, o Fórum Nacional de Juizados Especiais. O Tribunal de Justiça do Paraná esteve presente no encontro representado pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, e o Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, o juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência.

O Fórum, que completa 20 anos de atividade em 2017, é realizado com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais por meio da troca de experiências. Na última edição foram realizadas diversas palestras,

oficinas e apresentação de programas, projetos e rotinas de trabalho que conseguiram resultados relevantes nessa área. No último dia do encontro foi realizada a discussão e votação das propostas de criação, revogação e alteração de enunciados.

Dentre as últimas atividades do Fórum, foi realizada uma eleição para definir a próxima cidade que abrigará o evento. Curitiba foi escolhida por aclamação de votos. A 2ª Vice-Presidência do TJPR, responsável pela Supervisão dos Juizados Especiais, já iniciou o trabalho de organização. A previsão é de que o XLII FONAJE seja realizado em novembro de 2017.

Deliberações do NUPEMEC

Na primeira reunião ordinária do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos - NUPEMEC, ocorrida em 17 de abril de 2017, aprovou-se o texto da Resolução nº 02/2017, que regulamenta o exercício das funções, o recrutamento, a designação e o desligamento dos terceiros facilitadores nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.

Importante destacar que a mencionada resolução regulamentou, também, o exercício da função de terceiro facilitador voluntário, categoria

que não era prevista no regramento anterior.

Em reunião extraordinária, realizada no dia 19 de abril de 2017, convocada para tratar das capacitações, o colegiado aprovou deliberação no sentido de que a execução dos cursos de capacitação em mediação e conciliação, incluindo acompanhamento pedagógico, ficará a cargo das Escolas Oficiais (ESEJE e EMAP), cabendo ao NUPEMEC a fiscalização e autorização para abertura de turmas, além de outras tarefas eminentemente administrativas.

Capacitações



Fotos: Daniel Pezzato

Desde 2012, o Tribunal de Justiça do Paraná vem dedicando esforços em capacitar servidores para atuarem como mediadores e conciliadores a partir da formação de terceiros facilitadores. A 2ª Vice-Presidência, na atual gestão, permanece comprometida com a tarefa e já começou a trilhar novas diretrizes para aumentar a eficiência desse trabalho.

A primeira medida adotada nessa área foi regularizar a situação dos instrutores paranaenses. Para tanto, uma comitiva do TJPR, comandada pela 2ª Vice-Presidente, Desembargadora Lidia Maejima, esteve em Brasília para tratar do assunto. Depois de um encontro com a Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida, Presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi proferida uma decisão reconhecendo e validando o Curso de Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação para Justiça Estadual, realizado em julho de 2014.

Com isso, 8 servidores, que já haviam

concluído as partes teórica e prática do curso de instrutoria, foram certificados e outros 9 ficaram aptos a finalizar a capacitação. A partir dessa decisão, o TJPR passa a contar com 10 instrutores certificados e 14 em formação.

Com relação à capacitação dos servidores que atuam nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), foi firmada uma parceria com a EMAP e a ESEJE, para colaboração pedagógica nas próximas capacitações oferecidas pelo NUPEMEC. Além disso, estão sendo definidas estratégias para regulamentar e agilizar a etapa prática da capacitação dos mediadores e conciliadores em fase de formação.

Apenas nos últimos dois meses, 6 cursos já foram ministrados, com mais de 100 servidores capacitados na fase teórica. Outras duas capacitações estão programadas para o mês de julho. Os servidores que tiverem interesse em realizar o curso devem entrar em contato com a ESEJE e preencher um formulário de solicitação.

Mediação Digital

O Sistema de Mediação e Conciliação Digital, criado pelo CNJ, em junho de 2016, pretende conjugar os objetivos mais contemporâneos do Poder Público, como a priorização da solução amigável entre as partes, a propagação da política da pacificação social por meio de métodos autocompositivos, e ainda, a promoção do acesso da população, com as facilidades da Internet.

A plataforma, disponível na rede mundial de computadores (www.cnj.jus.br/mediacaodigital), é uma ferramenta que pretende promover o contato entre pessoas envolvidas em um conflito, a fim de facilitar a comunicação com o uso de linguagem positiva e respostas breves. Dessa maneira, mesmo que distantes, os participantes permanecem interligados pelo sistema on-line, com a possibilidade de estabelecer uma solução à divergência de forma criteriosa, ágil e econômica.

Qualquer pessoa, maior de 18 anos, pode acessar o site e se cadastrar, indicando a pessoa, empresa ou instituição com a qual pretende buscar um acordo. O sistema se encarrega de aproximar as partes, fornecendo-lhes um meio para a realização de uma troca organizada de mensagens, apto até mesmo a filtrar mensagens hostis, incompatíveis com o espírito da pacificação. Assim, a autocomposição pode ser realizada à distância, gratuitamente, com uma grande comodidade aos usuários.

Assim, apesar da mediação ser realizada na internet, o acordo celebrado digitalmente se recobre

de todas as prerrogativas legais, com a mesma eficácia daquele realizado presencialmente. Por integrar todos os Tribunais do país, inclusive, pode ser homologado por um Magistrado especialmente designado, passando a ter a mesma força de uma decisão judicial.

Além disso, caso os demandantes sintam a necessidade ou a possibilidade de uma maior interação na busca de uma solução, é possível, em qualquer fase da negociação, solicitar uma sessão presencial, o que poderá ser providenciado pelo respectivo Nupemec (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos).

Está aí, mais uma vez, um bom exemplo da aplicação da tecnologia a serviço da Cidadania e da Justiça.

Mediação Digital
A justiça a um clique.



CEJUSC do Centro Cívico ganha nova sede

Em 22 de maio de 2017, foi inaugurada a nova estrutura do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do 1º Grau da Capital. O Centro, que antes funcionava na sede do Fórum Cível,



na Rua Cândido de Abreu, passou a ocupar o 1º e 3º andares do prédio situado na Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 355.

A mudança garantiu muito mais espaço e mobilidade para o CEJUSC que passa a contar com 18 salas de audiência, 12 a mais do que a antiga estrutura. Com isso a expectativa é propiciar o aumento do número de mediações e conciliações, oferecendo uma melhor estrutura física aos jurisdicionados, e ainda garante a divulgação da prática da política de autocomposição no âmbito da justiça estadual.

Também estão previstas a realização de mutirões de conciliação nos mesmos moldes do realizado pela 2ª Vice-Presidência, nos dias 25 e 26 de maio de 2017.

Mutirão de Conciliação

Nos dias 25 e 26 de maio de 2017 foi realizado, nas novas instalações do CEJUSC Fórum Cível, um mutirão temático de conciliação. A iniciativa partiu da 2ª Vice-Presidência, que colheu informações a respeito dos maiores litigantes no Estado para propor a realização da ação. Inicialmente, foram destacados os casos relacionados a instituições financeiras, e durante dois meses foram realizadas diversas reuniões com representantes dessas empresas.

Para garantir a efetividade do mutirão, foi realizado um treinamento de prepostos para cerca de



30 pessoas indicadas pelos bancos, e um curso de conciliação e mediação que garantiu a formação teórica de 24 servidores. Foram selecionados processos em andamento nas Varas Cíveis e Juizados Especiais.

Durante os dois dias de atividade mais de 40 servidores atuaram como conciliadores realizando cerca de 200 audiências. Ao final do mutirão, quase metade dos processos foram finalizados com acordo. O resultado foi considerado bastante expressivo dada a matéria e a procedência das ações.



CONSUMIDOR.GOV.BR

Desde setembro de 2014, encontra-se disponível, nacionalmente, a plataforma denominada "consumidor.gov.br" (www.consumidor.gov.br). O site, mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, é, na prática, uma ferramenta gratuita para a resolução online dos problemas ocasionados entre consumidores e fornecedores.

Com o objetivo de evitar gastos de tempo e dinheiro, além de deslocamentos desnecessários na busca de uma solução para problemas envolvendo relações de consumo, o consumidor.gov.br oferece um meio oficial para promover o diálogo entre os envolvidos. Funciona da seguinte forma: as empresas, que se voluntariaram previamente a aderir à referida plataforma, devem receber, analisar e responder todas as reclamações que lhe forem endereçadas. Num prazo máximo de 10 dias elas apresentam uma resposta, que é avaliada pelo consumidor.

Segundo os dados fornecidos pela própria Secretaria Nacional do Consumidor, desde o lançamento da plataforma, mais de 670 mil reclamações foram registradas e finalizadas, dessas,

cerca de 80% foram solucionadas. Até maio de 2017, 383 empresas já haviam se cadastrado e mais de meio milhão de consumidores usaram o sistema.

As informações coletadas pela plataforma ficam disponíveis num banco de dados aberto ao público. É possível aos consumidores verificar os índices de satisfação, solução e a rapidez das respostas de cada empresa. Além disso, os dados também são acompanhados por diversos órgãos governamentais, que podem utilizá-los para o desenvolvimento de políticas públicas de defesa do consumidor.

É mais um exemplo, portanto, de como os avanços tecnológicos, acompanhados de uma evolução na mentalidade sobre a solução adequada de conflitos, podem trazer cada vez mais benefícios às



V FONAMEC



Nos dias 11 e 12 de maio de 2017, a Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, e o Juiz Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, representaram o Tribunal de Justiça do Paraná no V Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), realizado na cidade do Rio de Janeiro.

O encontro, criado em dezembro de 2014, tem o objetivo de promover discussões e levantar boas práticas, a fim de aperfeiçoar os métodos consensuais de solução de conflitos, por meio do intercâmbio de experiências. Na 5ª edição do Fórum o tema principal foi Mediação Digital: uma Justiça para o Sec XXI. Com uma programação bastante diversificada, o evento prestigiou conferências como o reflexo do Novo Código de Processo Civil nos métodos autocompositivos; a plataforma consumidor.gov.br; a plataforma de Mediação Digital do Conselho Nacional de Justiça, inclusive com palestra ministrada pela Conselheira Daldice Maria Santana de Almeida, entre outras.

Na oportunidade, foi aprovado o Plano Nacional para Tratamento Autocompositivo de Demandas de Massa por Sistemas Digitais, que será

apresentado aos órgãos federais e aos Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal.

A participação no evento foi considerada bastante positiva, como destacou o magistrado Ricardo Jentzsch: "A participação no FONAMEC trouxe novos conhecimentos do que vem sendo aplicado em outros tribunais, no âmbito da conciliação e da mediação, possibilitando a troca de experiências e práticas entre os representantes dos núcleos de conciliação de todo o País. Com o crescente volume de processos, a alternativa dos métodos autocompositivos, tais como a mediação digital, constituem meio moderno, fácil e ágil de solução dos conflitos, atendendo ao anseio do cidadão que busca a prestação jurisdicional célere".

A Desembargadora Lidia Maejima lembrou que: "Aproximar as políticas de administração judiciária da realidade digital do século XXI é um passo importante para a construção da Justiça do futuro, que não mais se coadunará com a morosidade do processo tradicional. É preciso superar a cultura de judicialização dos conflitos, pensando em soluções que aproximem o Judiciário do cidadão, facilitando a pacificação rápida e ágil, a fim de alcançar o efetivo ideal do acesso à justiça".



Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola

Com o objetivo de manter o crescimento conquistado pela última gestão, a 2ª Vice-Presidência permanece comprometida com o Programa "Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola". Completando 24 anos de atuação em 2017, o programa iniciou as atividades com a manutenção do grupo de trabalho formado pelas magistradas: Dra. Fernanda Karam de Chueiri Santos, Dra. Adriana de Lourdes Simette, Dra. Flávia Viana e Dra. Leticia Guimarães, que agora conta com a participação da Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, responsável pela supervisão do Programa.

Em Curitiba, a Secretaria Municipal de Educação continua participando da iniciativa com a seleção das escolas participantes e fornecimento do transporte das crianças. No entanto, a partir de uma série de negociações com a 2ª Vice-Presidência, o número de instituições atendidas na capital saltou de 15 para 22.

Além disso, também no interior o "Justiça e Cidadania também se Aprende na Escola" já começou a ser desenvolvido. Até a metade do ano pelo menos 17 Comarcas já haviam feito pedido de cartilhas. Com isso, mais de 8 mil crianças devem ser atendidas pelo projeto apenas no primeiro semestre.



Geração Atitude

Através de um convênio com a Assembleia Legislativa do Paraná, o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Educação e a Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, o TJPR se comprometeu em participar, mais uma vez, do Projeto Geração Atitude.

A iniciativa, ligada ao Movimento Paraná Sem Corrupção, tem o objetivo de apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses, promovendo a cidadania, a participação social e o protagonismo juvenil. As atividades são desenvolvidas ao longo do ano, dentro das escolas, por meio de debates e palestras sobre o funcionamento dos órgãos públicos



e de conceitos como política, cidadania e democracia. Dentre as atividades, os alunos são convidados a redigir projetos de Lei, e os 32 autores das melhores propostas, são presenteados com uma visita à Capital paranaense.

Em 2017, o Geração Atitude será desenvolvido em 160 escolas públicas de ensino médio, localizadas nas áreas de atuação dos 32 Núcleos Regionais de Educação. A visita à Curitiba está marcada para acontecer entre os dias 9 e 12 de novembro de 2017. Na ocasião, o TJPR se compromete em receber os alunos e professores participantes, no Palácio da Justiça, para uma visita às instalações e explicações sobre o Poder Judiciário.

Santa Felicidade em Ação

Finalizando a 3ª Edição do Programa "Santa Felicidade em Ação", em março deste ano, a equipe do Fórum Descentralizado de Santa Felicidade, dirigido pela Juíza Adriana de Lourdes Simette, entregou à comunidade estruturas de 6 projetos viabilizados com dinheiro revertido pelo Poder Judiciário.

Os recursos são oriundos da aplicação de penas de prestação pecuniária no Juizado Especial Criminal para iniciativas selecionadas e que tenham relevância social. Na 3ª edição, foram contemplados os projetos: "Controle da Obesidade Infantojuvenil", da Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva; "Comunidade Leitora: Compartilhando Espaços de Lazer", da Escola Municipal de Educação Integral Raul Rollemberg; "Inclusão Digital", da Escola Municipal João Stival; "Um Lugar Acessível", da APAE; "Espaço, Aprendizagem e Vida", da Escola Municipal Anita Merhy Gaertner; além do projeto do Colégio Estadual Professor Francisco Zardo, na área de Justiça Restaurativa.

Nesta última, edição o "Santa Felicidade em Ação" recebeu das instituições parceiras do Fórum Descentralizado 13 projetos de alcance social. Depois de passarem por uma comissão de avaliação com representantes da comunidade, do Ministério Público e do Poder Judiciário, como forma de garantir transparência ao processo, 6 foram selecionados. Os critérios considerados para avaliação são: efetividade, inovação, número de beneficiados, perenidade e relevância social.

Com esse trabalho, além de proporcionar a integração do Fórum com essas instituições, o projeto fomenta o desenvolvimento da comunidade local, dá adequada destinação às penas pecuniárias e cumpre a responsabilidade social do Tribunal de Justiça.

A 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, que teve a oportunidade de presenciar a entrega de algumas das estruturas adquiridas com recursos do Programa, parabeniza a equipe responsável e incentiva a replicação de iniciativas semelhantes!

Criança e Adolescente Protegidos

Neste ano, o Programa "Criança e Adolescente Protegidos", passou a integrar a feira de serviços "Paraná Cidadão". A ação é coordenada pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, e tem o objetivo de oferecer ações gratuitas que promovam cidadania e inclusão social a todos os paranaenses.

Para atender as crianças e adolescentes, público alvo do programa, o Instituto de Identificação do Paraná (IIPR) tem ofertado a realização de carteiras de identidade um dia antes da realização da feira, com atendimento exclusivo. No evento realizado em Rio Bonito do Iguçu, dia 24 de maio de 2017, apenas para menores de 18 anos foram confeccionados 370 documentos.

A próxima ação do "Paraná Cidadão" deve ser realizada na cidade de Pinhão, entre os dias 29 e 30 de junho de 2017. O dia que antecede a abertura do evento permanece dedicado ao Programa com atendimento exclusivo para crianças e adolescentes realizarem a confecção de documentos de identidade.

Sobre o Programa Criança e Adolescente Protegidos

O Programa, que teve início em 2014, foi criado com o objetivo de garantir o direito de

identificação e fortalecer a rede de segurança pública contra desaparecimentos de pessoas, através da emissão da Carteira de Identidade, por meio da coleta de impressões digitais, de forma biométrica, a todas as crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público.

A iniciativa, idealizada pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJPR, é desenvolvida em decorrência da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Paraná, o Governo Estadual, através das Secretarias da Justiça, Educação, Segurança Pública, entre outras, e os Municípios participantes.



Imagem: Instituto de Identificação do PR